

ORTODOXIA EM DISPUTA: A LÓGICA RELACIONAL DAS RELAÇÕES SINO-SOVIÉTICAS DURANTE A GUERRA FRIA

Orthodoxy in Dispute: The Relational Logic of Sino-Soviet Relations During the Cold War

Pedro Araújo Pietrafesa¹

Lucas Rocha Barbuda de Matos²

¹Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, Goiânia, Brasil. E-mail: pedro.pietrafesa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0542-4753>

²Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: lucasrbm591@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0893-4427>

Artigo Recebido em: 4 nov. 2025 | Aceito em: 15 abr. 2026.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O presente trabalho parte da seguinte pergunta: como a disputa entre China e União Soviética pela autoridade legítima da ortodoxia socialista contribuiu para transformar divergências ideológicas em percepções mútuas de ameaça, culminando na deterioração das relações bilaterais e nos confrontos de 1969? A hipótese é que a dinâmica sino-soviética não pode ser reduzida a divergências estratégicas ou geopolíticas, mas deve ser compreendida como uma disputa relacional pela definição legítima do “socialismo verdadeiro”. Metodologicamente, emprega-se análise histórico-comparativa e de narrativas causais para rastrear atos de nomeação, expectativas de papéis e de atos dos países. O artigo conclui que, quanto mais os países reivindicavam para si o polo legítimo de definição da ortodoxia socialista, mais se construiu um “outro” desviante que evoluiu para uma ameaça existencial à própria identidade socialista.

Palavras-chave: China. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Teoria relacional.

ABSTRACT

This study begins with the following question: how did the contest between China and the Soviet Union for the legitimate authority of socialist orthodoxy help transform ideological divergences into mutual threat perceptions, culminating in the deterioration of bilateral relations and the 1969 clashes? The hypothesis is that the Sino–Soviet dynamic cannot be reduced to strategic or geopolitical disagreements, rather, it should be understood as a relational struggle over the legitimate definition of “true socialism.” Methodologically, the paper employs historical–comparative analysis and causal narrative analysis to trace acts of naming, role expectations, and performative acts of the countries. The article concludes that the more each country claimed for itself the legitimate pole for defining socialist orthodoxy, the more a deviant “other” was constructed, which one evolved into an existential threat to each side’s socialist identity.

Keywords: China. Union of the Socialist Soviet Republic. Relational theory.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva investigar a dimensão relacional das relações sino-soviéticas a partir da lente teórica de Qin Yaqing (2018). A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi o primeiro país a reconhecer a República Popular da China (RPC), e a relação, marcada por ambiguidades e tensões (Hobsbawm, 2015) teve início em 1950. O trabalho parte da pergunta: como a disputa entre China e URSS pela autoridade legítima da ortodoxia socialista contribuiu para transformar divergências ideológicas em percepções mútuas de ameaça, culminando na deterioração das relações bilaterais e nos confrontos de 1969? A hipótese é que a dinâmica sino-soviética não pode ser reduzida a divergências estratégicas ou geopolíticas, mas deve ser compreendida como uma disputa relacional pela definição do “socialismo verdadeiro”.

Metodologicamente, adota-se a Análise Histórico-Comparativa (HCA) para mapear variações estruturais e simbólicas do vínculo, como instituições, alinhamentos e eventos críticos, e Análise de Narrativas Causais (CNA) para identificar como editoriais, resoluções e cartas partidárias encadeiam justificativas morais e reposicionam papéis. Dialoga-se com a teoria relacional de Qin Yaqing (2018), na qual os Estados são atores-em-relação e os padrões de relacionamento emergem (ou colapsam) de práticas de *guanxi*, isto é, de confiança, reciprocidade, obrigação, e pela racionalidade *zhongyong*.

O trabalho é dividido em quatro seções: primeiro, marco teórico e metodologia, discutindo a teoria relacional de Qin e como será operacionalizada a partir da metodologia empregada; segundo, 1949-1956, analisando padrões de harmonia assimétrica e relacionamentos hierárquicos dos dois países; terceiro, 1956-1977, dando enfoque para a construção relacional desarmônica que culminou nos conflitos de 1969 e seus desdobramentos; por fim, 1978-1991, retratando as tentativas e mudanças que permitiram uma reinterpretação simbólica dos laços sino-soviéticos.

MARCO TEÓRICO E METODOLOGIA

O conceito central para a teoria de Qin (2018) é *Guanxi* (关系), que significa “relações” e designa o sistema de relações pessoais e institucionais baseado em confiança, reciprocidade e obrigação mútua. O *guanxi* é a estrutura ontológica da política internacional. Cada relação cria obrigações morais e expectativas simbólicas, de modo que a política mundial é, essencialmente, um campo de redes de vínculos morais e afetivos. Rupturas ocorrem quando o equilíbrio relacional é violado, como quando um Estado quebra a confiança ou age de forma unilateral, desrespeitando o papel que o outro espera. A ontologia de Qin entende que o mundo social é constituído não por entidades autônomas, mas por relações, em outras palavras, os Estados são “atores-em-relações”. Assim, o Estado não é uma substância dotada de essência fixa, mas um nó em um campo relacional em constante transformação, cujas identidades, interesses e comportamentos emergem de interações históricas e contextuais (Qin, 2018). A guerra, dentro dessa ontologia, não decorre de uma condição estrutural, mas de falhas nas práticas de manutenção da relação. A análise relacional privilegia a historicidade, o contexto e a prática: o conhecimento em RI deve partir de situações concretas de interação, nas quais o sentido das ações só se revela quando se considera o campo de papéis, expectativas e significados compartilhados. Isso implica uma epistemologia interpretativa e reflexiva, que busca entender como os atores interpretam suas relações e como tais interpretações produzem realidades políticas.

Outro conceito basilar para a teoria relacional é *Zhongyong* (中庸), traduzindo “centralidade equilibrada” - referente um princípio confuciano que orienta a racionalidade relacional. Trata-se de um ideal normativo que prescreve agir de modo adequado ao contexto, evitando extremos e buscando harmonia situacional. Na prática internacional, isso significa calibrar respostas diplomáticas, retóricas ou militares para manter o equilíbrio da relação, preservando a dignidade (face) de todas as partes. A guerra, sob essa ótica, é uma falha de

zhongyong, um colapso do ajuste mútuo, em que a rigidez substitui a flexibilidade e o cálculo unilateral destrói o campo comum (Qin, 2018).

O *Kinsperson's Dilemma* (亲属困境) - “dilema do parente” - explica por que os conflitos mais intensos tendem a ocorrer entre Estados profundamente relacionados, e não entre estranhos. A proximidade cria expectativas elevadas de reciprocidade, respeito e solidariedade. Quando essas expectativas são frustradas, a decepção é maior e a reação mais violenta. Dessa forma, guerras entre “parentes”, como entre aliados históricos e parceiros ideológicos, são guerras de reconhecimento e ressentimento, sendo o conflito uma tentativa de restaurar o papel e o status perdidos dentro de uma relação. Qin (2018) argumenta que os conflitos decorrem de uma desordem relacional: quando os canais de comunicação se degradam, a confiança se desfaz e as identidades se fixam em oposição. Tal desordem não é inevitável, mas resultado de uma série de falhas de *zhongyong*, *face-saving* e reciprocidade, que transformam a interdependência em hostilidade.

Para investigar as dinâmicas relacionais sino-soviéticas, a metodologia adotada é qualitativa interpretativa, integrando duas abordagens complementares: a Análise Histórico-Comparativa (HCA) e a Análise de Narrativas Causais (CNA). Ambas são coerentes com a ontologia relacional de Qin, pois priorizam o processo, o contexto e o significado intersubjetivo das relações, em vez de procurar causalidade linear entre variáveis isoladas. A primeira é empregada para mapear as variações estruturais e simbólicas da relação sino-soviética ao longo de três períodos: (1) 1949–1955, quando se consolidou a cooperação assimétrica e o aprendizado institucional da China sob o modelo soviético; (2) 1956–1977, quando a desestalinização, as disputas doutrinárias e o conflito fronteiriço de 1969 revelaram o esgotamento da harmonia relacional; e (3) 1978 em diante, quando a abertura chinesa reconfigurou o vínculo em termos pragmáticos, sem eliminar totalmente os resíduos simbólicos do antagonismo anterior.

Essa comparação temporal permite observar mudanças na densidade dos vínculos entre os países, analisando três dimensões principais:

- (a) a discursivo-ideológica, que examina transformações no léxico político e na gramática de legitimidade (ex.: “revisonismo”, “guerra permanente”);
- (b) a institucional-relacional, que considera as práticas de cooperação, ruptura e realinhamento no interior do movimento comunista internacional; e
- (c) a estratégico-simbólica, que analisa como divergências doutrinárias foram securitizadas e convertidas em políticas de contenção, isolamento e confronto.

Complementarmente, a ANC busca compreender como os próprios atores narraram e explicaram suas ações. Inspirada em autores como Somers (1994) e Kurki (2008), essa abordagem entende que ao narrar sobre a revolução, a traição e a legitimidade, os atores produzem coerência moral e justificação política. A análise narrativa envolve a leitura de discursos, editoriais, cartas

abertas e resoluções de ambos os partidos, identificando os papéis narrativos (guardião, traidor, herege, vítima) e as causalidades morais (quem provoca a crise, quem a corrige, quem encarna a verdade). Essas narrativas são lidas como atos relacionais: cada vez que um ator narra a si mesmo como “vítima da traição”, redefine o outro como ameaça e altera o próprio campo de possibilidades políticas. Dessa forma, o estudo compreende a política sino-soviética como uma história de ajustes e desajustes relacionais, na qual harmonia, desarmonia e readaptação se alternam.

1949-1956: APRENDIZAGEM HIERÁRQUICA E “HARMONIA ASSIMÉTRICA”

Com a Revolução Chinesa de 1949 e a criação da RPC, o país tinha poucas opções a não ser se aliar com a URSS, a qual se proclamava líder do movimento socialista global (Hobsbawm, 2015). Desse modo, Stálin e Mao Tsé-Tung, assinaram, em 1950, o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, com duração prevista de 30 anos de cooperação multissetorial, estabelecendo, por exemplo, que as partes se comprometeram a usar de força militar caso uma delas fosse atacada pelo Japão e/ou seus aliados (Luthi, 2008).

A cooperação técnica em matérias econômicas e financeiras entre os países se materializou com a criação do Conselho Soviético, ainda em 1950, composto por pessoal soviético altamente capacitado, com a missão de promover o desenvolvimento chinês (Kissinger 2011). Não teria sido possível a China teorizar, planejar e executar seu primeiro plano quinquenal (1953-1957) sem o Conselho Soviético, revelando uma íntima cooperação sino-soviética (Kissinger, 2011). Mikhailova (2013) afirma que o desenvolvimento chinês - ao menos na primeira década do país - só foi possível pelo auxílio, ajuda e ações de cooperação diretas e indiretas em inúmeras áreas por parte dos soviéticos.

Apesar de o tratado de 1950 ter sido essencial para o desenvolvimento chinês, havia pontos de limitação para a China: a renúncia integral do território mongol, concessões exclusivas para Moscou nas regiões da Manchúria e Xinjiang - regiões fronteiriças entre os dois países, e cessão de territórios como Port Arthur (ou Lüshun) (Goulart e Silva, 2018). Criou-se, assim, um ressentimento chinês em relação aos soviéticos, pois, pelo desenvolvimento econômico e garantia de segurança, fizeram concessões que limitaram a autonomia da China (Kissinger, 2011). Tal ressentimento ecoou por todo o período das relações sino-soviéticas, pois a perspectiva sinocêntrica era tida como incompatível com a limitação de sua autonomia perpetuada por Moscou (Reis 2024).

A Guerra da Coreia (1950-1953) é um símbolo importante das boas relações entre o regime stalinista e o maoísta (Munhoz, 2020). No primeiro ano, as forças sul-coreanas estavam em ampla vantagem e avançando sobre o território norte-coreano, aproximando-se da fronteira com a China, levando ao seu envolvimento no conflito em outubro (Hobsbawm, 2015). As forças de Moscou e de Pequim se uniram e expulsaram os sul-coreanos do território setentrional da península coreana (Hobsbawm, 2015). Portanto, as relações entre Stálin e Mao foram marcadas

pela cooperação, especialmente pela demanda chinesa de técnicos soviéticos que compartilhassem o caminho para o desenvolvimento (Lovell, 2019).

Nota-se que há uma relação assimétrica entre a China e a URSS. Levando em consideração o arcabouço de Qin (2018), tal dinâmica relacional precede as próprias identidades dos dois países: Pequim passou a “ser” não apenas o que declarava, mas o que recebia e praticava no vínculo com Moscou. Os chineses viam na URSS tanto uma fonte de legitimação, quanto modelo de eficácia revolucionária, representando um modelo de sucesso que deveria ser compartilhado com o seu próprio país. Nesse sentido, a teoria de Qin (2018) permite afirmar que ocorria na China uma tradução processual do modelo soviético: a identidade chinesa vai tomando forma no fazer-junto, no ser-em-relação com Moscou, mas preserva potenciais tensões, sobretudo em termos de autonomia e especificidade nacional.

A URSS atribuiu à China o papel de “irmã mais nova” no socialismo, parte da “família socialista”, mas, por questões temporais e materiais, não estava em posição de ordenar o bloco socialista. Dadas as desigualdades entre as duas partes, a URSS assumiu a autoridade de nomeação, definindo padrões de ortodoxia - planejamento, funcionamento partidário e política externa do bloco socialista - autorizando a China a ocupar um papel legítimo dentro dessa ordem ortodoxa, caso aderisse a tais padrões. Relacionalmente, essa “autorização” é, simultaneamente, uma concessão simbólica que confere à RPC o reconhecimento necessário para ser parte do mundo socialista, e um meio para a consolidação do poder normativo da URSS dentro desse espaço. Portanto, havia uma harmonia assimétrica: ambos reconheciam a URSS como centro normativo e um polo aprendiz - Pequim, e, enquanto esses arranjos fossem cultivados e os papéis harmoniosos, reduziria-se à incerteza relacional.

Apesar da boa relação entre Stálin e Mao, havia divergências sobre a forma correta de se conduzir o mundo socialista, tratando-se de um descompasso mais geopolítico do que ideológico, pois os regimes políticos de ambos eram alinhados em termo de orientação marxista (Kissinger, 2011). O líder soviético afirmava que a URSS naturalmente deveria tomar a frente do bloco socialista, sendo um modelo a ser seguido por todos que se declararam como socialistas (Munhoz, 2020). O líder chinês, em contraponto, defendia um mundo socialista não-hierárquico: os dois coexistiriam como potências do bloco socialista, sem distinções absolutas de liderança (Luthi, 2008). Havia ambiguidade nas relações entre os dois países, porém, diante das limitações do regime maoísta e sem grandes discordâncias sobre a condução socialista de suas sociedades, cultivaram laços positivos.

Assim como Stálin foi essencial para as boas relações sino-soviéticas, sua morte, em 1953, impactou as relações entre os dois países com a ascensão de Nikita Khrushchev como Primeiro-Secretário do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) (Fitzpatrick, 2023). Entre meados de 1953 e início de 1956, deu-se a era de ouro das relações sino-soviéticas, especialmente por dinâmicas internas da URSS (Goulart e Silva, 2018): após a morte de Stálin, ocorreram disputas internas pela sucessão, de modo que Khrushchev buscou o apoio político de Mao para se

consolidar como líder soviético. Em adição, Khrushchev via em Pequim um aliado mais relevante para o combate ao bloco capitalista que Stálin, de modo que o novo líder assumia um compromisso de boas relações com a China, conferindo-lhe um papel de protagonismo no socialismo global.

Em março de 1953, ocorreu a anistia aos prisioneiros dos Gulags³, sendo 1.5 milhões de detentos libertados (Fitzpatrick, 2023). Muito embora a medida também tenha sido tomada por razões de eficiência e burocracia, libertar prisioneiros e opositores do regime stalinista demonstrava a percepção do regime sobre o líder anterior (Freeze, 2017). Com Khrushchev, tem-se início a “desestalinização” do regime soviético, em uma tentativa do novo líder de assegurar o seu poder com a ruptura e eliminação dos alinhados com o líder anterior, bem como por meio da liberalização no mundo soviético (Freeze, 2017).

Entre setembro e outubro de 1954, Khrushchev fez sua primeira visita oficial a Pequim, ocasião na qual assinaram uma série de acordos de cooperação, em especial a devolução da base naval de Port Arthur (ou Lüshun) para a China (Luthi, 2008). Houve também conversas quanto ao reconhecimento da igualdade chinesa no bloco socialista em relação à URSS, em um claro alinhamento entre o maoísmo e o regime de Krushchev (Luthi, 2008). Freeze (2017) afirma que a visão soviética da política internacional via no leste europeu o centro estratégico de sua atuação no cenário global, de modo que a Ásia, embora estratégica, tinha menor prioridade. Foi nesse cenário que em 14 de maio de 1955 a URSS criou o Pacto de Varsóvia⁴, do qual a China se recusou a fazer parte, pois não queria se comprometer com o que julgava ser “assunto europeu”, tampouco queria submeter sua segurança a uma coalizão de Estados, pois reduziria sua autonomia (Luthi, 2008). Portanto, nota-se que a China tinha na Ásia seu centro estratégico, entendendo que a região deve estar livre de todo tipo de intromissão e opressão do mundo capitalista.

Até 1955, as relações sino-soviéticas foram marcadas pela baixa conflitividade, a assimetria e os papéis claros desempenhados pelos dois países, de modo que havia um baixo custo de coordenação das relações entre os dois países, pois não havia disputas clarividentes por autoridade. Nesse cenário, a URSS projetava a sua liderança e a China ganhava reconhecimento, em um arranjo em que *zhongyong* parecia ser o Norte. Porém, as sementes da desarmonia já davam as caras, sintetizando-se nas visões divergentes da hierarquia e ortodoxia dentro do bloco socialista global, em um processo de crescimento exponencial de tensões a partir de 1956, conforme será demonstrado na próxima seção.

1956-1977: DESARMONIA CUMULATIVA, ROTULAÇÕES CRUZADAS E SECURITIZAÇÃO RELACIONAL

³ Campos de trabalho forçado soviético.

⁴ Acordo de segurança coletiva firmado entre a URSS e os países do leste europeu para se opor à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Em fevereiro de 1956, ocorreu o vigésimo Congresso do PCUS, representando um ponto fulcral nas relações entre a China e a URSS (Fitzpatrick, 2023). Nessa ocasião, Khrushchev se reuniu com pouquíssimos delegados do partido e representantes de outros países socialistas, proferindo o discurso “Sobre o culto à personalidade e suas consequências”, que ficou conhecido como “o relatório secreto de Khrushchev” (Fitzpatrick, 2023). O discurso se baseava em cinco críticas à Era Stálin: o culto à personalidade; a perseguição política e os expurgos; os erros na condução da Segunda Guerra Mundial; os erros das políticas agrícolas e a agressividade da política externa (Freeze, 2017).

O relatório secreto desconstruiu a figura de Stálin, afirmando que o culto à personalidade cegou o PCUS e levou milhões de soviéticos à morte, acusando o antigo líder de inimigo da revolução socialista (Freeze, 2017). Taubman (2006) argumenta que foi o principal catalisador de um processo de desestalinização que se iniciou ainda em 1953: o degelo, nome dado às mudanças políticas consideráveis adotadas pelo novo líder soviético, tais como o aumento da liberdade de expressão, ampliação do acesso à arte e a cultura, além de, claro, a anistia a milhões de prisioneiros de Stálin. A reação de Mao ao discurso foi de reprovação profunda, afirmando que a URSS estava promovendo o revisionismo, concretizando diferenças em nível teórico, filosófico e prático (Kissinger, 2011).

Denunciando que a agressividade da política externa de Stálin em relação aos EUA aumentou as tensões interblocos, Khrushchev propunha que Moscou adotasse um novo princípio orientador: a coexistência pacífica (Mikhailova, 2013). O líder soviético afirmou que a coexistência pacífica entre duas superpotências era não apenas possível, mas, desejada, pois um mundo pacífico é condição fundamental para o desenvolvimento nacional, especialmente pela redução dos gastos militares (Taubman, 2006). Mao, em contrapartida, sustentava a doutrina de guerra revolucionária permanente no sistema internacional: a revolução socialista global não é um fim em si mesma, mas, é constante, pois o combate ao mundo capitalista deve ser ininterrupto e agressivo (Kissinger, 2011).

Embora o discurso de Khrushchev de 1956 tenha findado a era de ouro das relações sino-soviéticas, o distanciamento entre as duas potências socialistas foi gradual. Bekkevold (2022), afirma que o primeiro eixo de discordância sino-soviética se deu em torno do que Kissinger (2011) denominou de reivindicação do direito a definir a ortodoxia ideológica socialista, isto é, qual país, de fato, representa o caminho único e superior ao capitalismo. Tanto Pequim quanto Moscou reivindicavam para si o posto de representante natural e de direito do socialismo global, especialmente por questões político-econômicas, como as críticas soviéticas ao Grande Salto Adiante⁵, bem como as críticas chinesas ao modelo de coletivização agrícola de Moscou, e políticas, como o funcionamento do partido e sua extensão à sociedade (Bekkevold, 2022). A reivindicação chinesa ao posto de representante de direito do socialismo global fundamentou-se,

⁵ Plano econômico de desenvolvimento acelerado da agricultura e da indústria chinesa com duração prevista de 1958 a 1963, porém, diante da morte de mais de 40 milhões de chineses, o programa foi descontinuado em 1961. Para maiores informações, ler Spence (1996).

primordialmente, na construção retórica do "revisonismo soviético". A partir da lente teórica de Qin (2018), a desestalinização rompe o enquadramento comum, isto é, a gramática relacional de reconhecimento recíproco. Portanto, ao reinterpretar o passado soviético, muda-se a relação e reclassifica os atores: a autoridade de Moscou é contestada e Pequim passa a disputar o poder de nomear a ortodoxia.

O segundo eixo faz referência à já citada discordância em termos de inserção internacional. O terceiro enfatiza a diferença existencial entre a sociedade sinocêntrica e a sociedade soviética, isto é, Pequim jamais aceitaria uma posição de segundo plano ou de mero satélite que orbita em torno dos interesses soviéticos. Conforme argumenta Scarlett (2013), a China pós-cisma não buscava apenas autonomia, mas a liderança de uma narrativa global que imaginava o mundo sob uma nova luz revolucionária. Para Pequim, a União Soviética havia se transformado em um Estado "social-imperialista" – socialista em palavras, mas imperialista em atos. Essa acusação permitiu que Mao reivindicasse a sucessão do marxismo-leninismo. Se Moscou havia abandonado a luta de classes e a confrontação direta com o capital, a China permanecia como a única representante da pureza ideológica. Gros e Fung (2019) sublinham que essa "pureza" era utilizada como uma ferramenta radical, onde a autoridade moral chinesa superava a superioridade técnica e militar soviética.

O ápice dessa reivindicação de liderança manifestou-se na Teoria dos Três Mundos, uma formulação que subverteu a lógica bipolar da Guerra Fria. Mao propôs uma leitura sinocêntrica que fundamentou a política externa maoísta ao deslocar o sujeito revolucionário do proletariado urbano europeu para as massas camponesas do Terceiro Mundo. Nesta arquitetura, detalhada por Ruskola (2019) como um "socialismo sinocêntrico", o mundo era dividido em:

1. O Primeiro Mundo: Composto pelas duas superpotências (EUA e URSS), ambas caracterizadas como forças opressoras e hegemônicas.
2. O Segundo Mundo: Estados desenvolvidos que não são superpotências (especialmente Europa e Japão) que, embora capitalistas, estavam frequentemente alinhados com interesses hegemônicos ocidentais.
3. O Terceiro Mundo: A força motriz da história, países colonizados ou neocolonizados da Ásia, África e América Latina considerados a força revolucionária principal contra imperialismo e hegemonia, sendo alvo de solidariedade e cooperação chinesa.

Essa conceitualização da política internacional descreve como a teoria rompeu com a leitura clássica da luta capitalismo versus socialismo e realinhou prioridades políticas internacionais. Isso trouxe implicações teóricas sobre autoridade e objetivo revolucionário, pois Mao deslocou o eixo analítico do antagonismo econômico-ideológico direto para a oposição entre imperialismo e anti-imperialismo, recusando uma visão estritamente teleológica do socialismo e promovendo uma leitura mais sinocêntrica da solidariedade mundial. Essa reformulação permitiu que China tratasse tanto dos EUA quanto da URSS como forças hostis à emancipação dos povos colonizados e

redesenhou a liderança revolucionária para fora da simples ortodoxia soviética (Friedman, 2015). Ao posicionar a China como uma “irmã mais velha” e líder natural deste Terceiro Mundo, Mao não estava apenas oferecendo uma alternativa ao capitalismo, mas estava ativamente construindo um Marxismo com características próprias, afirmando estar dando saltos quantitativos e qualitativos imensos dentro da teoria marxista-leninista, a qual foi gravemente comprometida com o regime soviético. Biao (1965, online) publicou no Renmin Ribao (Diário do Povo)⁶ Pequim afirmou que “[a] teoria e os princípios políticos do camarada Mao Tsetung, acerca da guerra popular, enriqueceram e desenvolveram de maneira criadora o marxismo-leninismo”. Indo além, Biao (1965, online) afirma que

[a] longa prática da revolução chinesa demonstra que a teoria do camarada Mao Tsetung sobre a guerra popular está de acordo com as leis objetivas de dita guerra e conduz invariavelmente à vitória. Esta teoria não só é aplicável à China, senão que também constitui uma grande contribuição à luta revolucionária do proletariado das nações e povos oprimidos do unido inteiro.

Como aponta Vieira (2019), a China utilizou a assistência internacional e a ajuda econômica como instrumentos de política externa para materializar essa liderança, transformando o auxílio técnico em um símbolo de solidariedade anti-imperialista que Moscou, em sua busca por *détente*, não podia mais oferecer com a mesma credibilidade revolucionária.

O quarto eixo apontado por Bekkevold (2022) refere-se à segurança nacional e se evidenciou com a primeira crise do Estreito de Taiwan⁷, na qual China e EUA se viram em lados opostos e Washington declarou que poderia utilizar de armamento nuclear estratégico para garantir seus interesses no embate (Hobsbawm, 2015). As tensões logo arrefeceram, mas Moscou criticou a agressividade de Pequim diante da superpotência capitalista (Kissinger, 2011). Mao, por sua vez, criticou a falta de proatividade no uso da força pela sua contraparte soviética, afirmando que não se deve se render ou recuar diante da ameaça capitalista (Spence, 1996).

Khrushchev e Mao tinham visões diferentes sobre os arsenais nucleares: o primeiro adotava uma postura defensiva e de não-confrontação, pois a ameaça de uma guerra nuclear global levaria à destruição do mundo socialista e afastaria possíveis aliados (Freeze, 2017). Já o segundo afirmava que a possibilidade de existência de um conflito nuclear de dimensões globais e a ameaça de uso de armamento nuclear era exatamente o que atrairia os possíveis aliados socialistas (Kissinger, 2011). Foi nesse sentido que os chineses pediram aos soviéticos que os ensinassem a produzir seu próprio armamento atômico, entendendo que era um recurso existencial no cenário da Guerra Fria (Shen e Xia, 2012).

⁶Jornal oficial do Comitê Central do PCCh. Fundado em 15 de junho de 1948, ele não é apenas um periódico de notícias, mas o principal mecanismo de comunicação política, ideológica e institucional do Estado chinês.

⁷Os chineses invadiram algumas ilhas próximas, como a de Yangshan, ameaçando tomar Taiwan, entre 1954 e 1955.

Temendo que a China desestabilizasse a coexistência pacífica e relutantes em armar um vizinho poderoso, os soviéticos foram decisivos para o programa nuclear chinês, mas o fizeram sob restrições (Jifeng e Yanqiong, 2009). Moscou forneceu o capital humano, científico e financeiro indispensável ao programa nuclear chinês, mas reteve as tecnologias de ponta, evidenciando desconfiança em relação a Pequim (Jifeng e Yanqiong, 2009). Isso se torna ainda mais expressivo com o fato de que o protótipo da bomba nuclear chinesa - A-bomb - já estava pronto, porém, diante da crescente desconfiança e animosidade entre os países, não apenas não o entregou, como parou de apoiar o programa nuclear chinês.

O quarto eixo também é evidenciado em um episódio relatado por Goulart e Silva (2018, 67):

em junho de 1958, a União Soviética apresentou um conjunto de propostas de cooperação e integração militar entre os países. Os principais pontos dos planos diziam respeito a instalações conjuntas de inteligência técnica, estações de comunicações navais de longa distância e a criação de uma força conjunta de submarinos para operar ao longo da costa chinesa e no Pacífico – todas instaladas em território chinês e pagas pelos soviéticos. Tais acordos não apenas foram veementemente recusados pela China, mas também acusados de representar uma tentativa soviética de controlar o país militarmente.

É notória a evolução da postura chinesa desde 1950, quando renunciou a parte de sua soberania em troca de permanecer no guarda-chuva de segurança soviético, para 1958, quando permaneceram firmes em sua posição de não abdicar de seu território nem delegar sua segurança a outro país. Ainda em 1958 ocorreu a segunda crise do estreito de Taiwan e, novamente, EUA e China estavam de lados opostos (Munhoz, 2020). Mais uma vez, a URSS criticou a “imprudência” chinesa, dificultando a coexistência pacífica, ao passo que a China denunciou a covardia de Moscou, revelando o descompasso entre as perspectivas de ação no campo da segurança. Foi nesse contexto que Moscou encerrou em definitivo o apoio ao programa nuclear chinês, simbolizando um processo contínuo de ruptura (Munhoz, 2020).

Em 1959, sob o espírito da coexistência pacífica, Khrushchev fez uma visita oficial ao presidente Eisenhower, visando manter boas relações com o gigante norte-americano (Munhoz, 2020). Na volta, Khrushchev vai a Pequim e se encontra com Mao, o qual já estava incomodado com a viagem do líder soviético a Washington, entendendo tal ação como mais uma prova do revisionismo moscovita (Luthi, 2008). Os dois líderes discutiram uma série de assuntos, mas a questão de Dalai Lama⁸ foi central, em relação à qual Moscou afirmou que Pequim tinha culpa nas tensões com a Índia (Radchenko, 2009). Assim, a questão indiana se tornou uma pedra no sapato nas relações sino-soviéticas, com Mao alegando que Moscou estava abandonando o movimento socialista ao não se aliar com a China contra um adversário capitalista (Kissinger 2011).

⁸ Em 1951, a China anexou o Tibete e provocou mudanças profundas na região. Como reação, o décimo quarto Dalai Lama liderou uma revolta anti-chinesa na região, porém, diante do fracasso, fugiu para a Índia. Desde então, o líder religioso-político é um símbolo do movimento tibetano pela libertação. Para maiores informações, ler Franco (2020).

No Congresso do Partido dos Trabalhadores da Romênia (1960), o líder soviético afirmou que Mao era “ultra-esquerdista”, isto é, seu radicalismo na condução do socialismo representava um dos grandes obstáculos para a continuidade e avanço da revolução nacional e global (Luthi, 2008). O cenário político-econômico chinês era crítico: o Grande Salto Adiante provocou uma série de crises no país, sendo apontado como uma evidência de que o maoísmo falhou, de tal maneira que Moscou ordenou que o Conselho Soviético abandonasse sua missão e retornasse para a URSS, representando um dos principais atos da ruptura sino-soviética (Radchenko, 2009).

Alinhado com a importância dos papéis relacionais na presente análise, é correto afirmar que a URSS atribuiu à China um papel de “desviante esquerdista”, tratando-se de um ato performativo de nomeação: ao aplicar esses rótulos, Moscou nega a Pequim o direito de pertencimento ao polo normativo do socialismo global, ao passo que reafirma seu monopólio da ortodoxia. Também se trata de um ato disciplinar, pois visava reforçar a relacionalidade assimétrica entre as duas partes. Portanto, na semântica de Qin (2018), a URSS tentou rearranjar o próprio espaço simbólico: o “nós” soviéticos - caracterizado pela racionalidade e coexistência pacífica - se opõe ao “eles” chineses - caracterizados pelo extremismo emotivo e pela ameaça à coesão ao mundo socialista. Com isso, a dimensão relacional foi centrada na negação e a anterior harmonia assimétrica foi convertida em desarmonia hierárquica.

A China contra-nomeava os soviéticos de revisionistas e de imperialistas. A partir da abordagem de Qin (2018), a China fez uma inversão relacional, isto é, reivindicou para si mesma uma autoridade moral dentro do mundo socialista ao se proclamar guardiã da verdadeira revolução socialista. Buscava, em última instância, retirar a centralidade de Moscou e consolidar Pequim como polo de legitimidade. Como consequência, cristalizou-se uma simetria negativa em que ambos disputavam o mesmo papel de “centro legítimo”, produzindo hostilidades entre as partes.

Entre 16 e 29 de outubro de 1962, o mundo se viu diante da iminência da hecatombe nuclear com a Crise dos Mísseis⁹ (Hobsbawm, 2015). Somado à crise de Suez¹⁰ e a crise Húngara¹¹, ambas de meados de outubro de 1956, ficava claro que a coexistência pacífica não era tão pacífica (Li, 2011). Diante da ambiguidade do temor de um conflito nuclear entre as duas superpotências, Moscou e Washington deram início a negociações para definir os termos de apaziguamento e de redução de tensão entre os dois países, sendo o embrião da *détente* soviético-americana (Munhoz, 2020). Diante dessa dualidade, a China acusou Moscou de revisionismo e covardia, reafirmando que Moscou não tinha condições de agir em nome do bloco socialista global (Kissinger, 2011). Para agravar o cenário, durante a crise dos mísseis de 1962, a China atacou a Índia e deu início a um conflito entre os dois países. A URSS, a princípio, adotou a neutralidade sob

⁹ A URSS posicionou mísseis nucleares em Cuba direcionados a Washington, ao passo que os EUA o fizeram na Turquia com direção a Pequim, sendo o ponto máximo de tensões da Guerra Fria. Para maiores informações, ler Kennedy (2023).

¹⁰ O presidente Nasser, do Egito, nacionalizou o canal de Suez e, em reação, Reino Unido, França e Israel declararam guerra ao país. Para maiores informações, ler Hobsbawm (2015).

¹¹ Revoluções de oposição ao regime soviético irromperam por toda a Hungria, de modo que Moscou reagiu com extrema violência e manteve um líder alinhado com sua agenda. Para maiores informações, ler Conceição (2021).

a retórica da coexistência pacífica e, posteriormente, acusou os chineses de imperialismo contra a Índia, tornando ainda mais delicada a relação com Pequim (Fitzpatrick, 2023). Mao entendia que estava cercado de ameaças: a Oeste, a Índia; ao norte, a URSS; a Leste, o Japão (Spence, 1996). Os chineses decidiram que a solução seria buscar um aliado que fica “depois do Leste”: os EUA.

Em 1963, a crise multissetorial estava ainda mais acentuada, de tal modo que Mao anunciou o Movimento Educação Socialista: “uma campanha nacional de doutrinação política e ideológica de “retificação” do partido visando afastá-lo da influência do moderno “revisionismo kruchevista” e reavivar o socialismo no seio do Partido.” (Santana, 2009, p.18). Essa é uma evidência de que a China iniciou um processo sistemático de construção de uma imagem da URSS que ameaça o socialismo nas dimensões internas e externas, de modo que Khrushchev foi colocado no centro como traidor da revolução internacional (Radchenko, 2009).

Em fevereiro de 1964, em resolução do comitê central do PCUS (p.4, *tradução própria*)¹², afirma-se:

[t]endo se afastado da linha leninista do movimento comunista mundial, em todas as questões fundamentais de estratégia e tática, os líderes chineses proclamaram sua própria política que é uma mistura de aventureirismo pequeno-burguês e chauvinismo de grande potência.

No léxico político da URSS, “pequeno-burguês” fazia referência a um tipo de mentalidade instável e moralista, notoriamente marcada por impulsividade, dogmatismo e incapacidade de análise objetiva das “condições materiais”. Desde Lênin, o termo era aplicado a movimentos “de esquerda” que agiam pela emoção ou pela vontade, e não pela disciplina proletária, de maneira que, ao chamar os dirigentes de Pequim de “pequeno-burgueses”, Moscou insinuava que a liderança maoísta substituía a razão revolucionária por entusiasmo moral e espontaneísmo ideológico.

“Aventureirismo”, termo de matriz leninista, designava ações revolucionárias precipitadas tomadas sem que as “condições objetivas” existissem. Na leitura soviética, a política chinesa, ao fomentar guerras de libertação e rupturas com o Ocidente sem considerar a correlação global de forças, era um “aventurismo de esquerda”. Em contrapartida, a “coexistência pacífica” de Khrushchev era apresentada como a postura “madura e responsável” do verdadeiro marxismo-leninismo. Para Moscou, a linha chinesa representava uma dupla ameaça: o “esquerdismo voluntarista” que podia provocar confrontos militares e o “chauvinismo de grande-potência” que visava deslocar Moscou, de modo que a expressão “aventureirismo pequeno-burguês” condensava essas duas críticas.

A partir da leitura teórica de Qin (2018), é possível afirmar que “pequeno-burguês” é instrumento de gestão de legitimidade: poder, aqui, é autoridade simbólica para fixar o significado das normas comuns do socialismo global. Ao rotular a China, a URSS tentou restaurar a hierarquia

¹² No original: “Having departed from the Leninist line of the world communist movement, on all fundamental issues of strategy and tactics, the Chinese leaders have proclaimed their own policy which is a mixture of petty-bourgeois adventurism and great-power chauvinism.”

abalada pela desestalinização e recentrar o espaço relacional na previsibilidade “racional” da assimetria hierárquica, ao passo que a acusação de “aventureirismo” visava disciplinar o vínculo ao demarcar o desviante. Como enfatiza Qin (2018), toda nomeação convoca um contra-ato: Pequim responde com “revisionismo” e “social-imperialismo”, buscando inverter a hierarquia e propor-se como novo polo legítimo. O embate discursivo, portanto, é o mecanismo pelo qual a racionalidade se manifesta: se converte em antagonismo, performando diferenças, instituindo fronteiras e redistribuindo papéis. No caso sino-soviético, produz-se um ajuste relacional negativo: a luta pela definição da ortodoxia torna-se luta pela própria estrutura da relação, isto é, quem define e quem é definido.

Em agosto de 1964, os EUA intervieram diretamente na Guerra do Vietnã, de modo que o inimigo ocidental estava posicionado militarmente em um país vizinho (Hobsbawm, 2015). Como já se evidenciou com a Índia, o fato de serem dois países socialistas não significou alinhamento imediato, pois mesmo diante dos EUA, os dois países tiveram discordâncias significativas: o Vietnã do Norte era um aliado chinês, de forma que Khrushchev não apoiou os combatentes do país com armas e dinheiro, mesmo com pedidos de Mao (Luthi, 2008). Assim, as forças ocidentais avançaram consideravelmente sobre a porção setentrional do Vietnã, o qual só contava com apoio de Pequim.

A Guerra do Vietnã explicitou que

[e]mbora um Vietnã unido sob a liderança comunista parecesse teoricamente desejável do ponto de vista soviético, a sinistra presença da China Vermelha quase sugeriria, na prática, que um Vietnã dividido pode não ser totalmente repulsivo para o longo prazo para os planejadores de políticas da URSS. (London 1967, p.26, *tradução própria*)¹³

Assim, para Khrushchev, era menos ameaçador ter um Vietnã do Norte e um Vietnã do Sul - controlado pelos EUA - do que um Vietnã totalmente unificado e controlado pelo gigante chinês. Pelo lado de Pequim, Radchenko (2010, p.364, *tradução própria*)¹⁴ alega que “Mao estava tão preocupado, em 1965, com a ameaça soviética no Norte quanto com a ameaça americana no Sul”. Desse modo, fica claro o temor e o desejo de ambas as partes de controlar a Ásia, ou pelo menos uma porção significativa do continente, pois isso significaria um grande passo em direção à hegemonia no bloco socialista (Luthi, 2008).

Em 14 de outubro de 1964, ocorreu um golpe de Estado contra Khrushchev, sinalizando o esgotamento do princípio da coexistência pacífica e da liberalização promovida pelo líder (Fitzpatrick, 2023). Leonid Brezhnev assumiu o poder, promovendo mudanças basilares na condução da política externa do país com a doutrina da soberania limitada ou doutrina Brezhnev, a qual reverteu a liberdade que Khrushchev deu às Repúblicas Soviéticas, encerrando o degelo e iniciando um período de tentativa de trazer de volta o espírito stalinista ao PCUS e à sociedade

¹³ No original: “Although a united Vietnam under communist leadership would seem to be theoretically desirable from the Soviet point of view, the ominous background presence of Red China would almost suggest in practice that a divided Vietnam may not be wholly repulsive to the long-range policy planners of the U.S.S.R.”

¹⁴ No original: “by 1965, Mao was probably as much concerned with the Soviet threat in the north as with the American threat in the south.”

soviética (Freeze, 2017). Muito embora a coexistência pacífica, especialmente em relação aos EUA, não tenha sido abandonada, Brezhnev quis garantir que episódios como a crise húngara não se repetissem, de modo que não hesitou em limitar a soberania de países do bloco socialista (Freeze, 2017).

Brezhnev, buscando superar as consequências da coexistência nada pacífica de Khrushchev, deu um foco especial na sua política externa com a China, visando a retomada de bons termos entre os dois países (Griffith, 1966). Isso se refletiu com a nova posição soviética na Guerra do Vietnã: Moscou se engajou no conflito apoiando as forças do norte, muito embora o tenha feito objetivando transformar a região em um aliado soviético, o que se confirmou com a unificação do Vietnã, em 1975 (Garver, 1981). Mao se mostrou relativamente satisfeito com os novos rumos tomados pela URSS, não obstante, o revisionismo se tornava uma pauta cada vez mais latente na China, de modo que não foi suficiente para que as relações sino-soviéticas alcançassem bons termos (Radchenko, 2009).

Apenas dois dias depois do golpe contra Khrushchev, a China fez seu primeiro teste nuclear, sendo bem-sucedida e se integrando ao pequeno grupo de países com armamento nuclear (Spence, 1996). Ter um armamento nuclear tornou-se uma questão existencial diante das diversas ameaças percebidas por Mao ao seu regime, estabelecendo um patamar de conflito com potencial destrutivo infinitamente maior (Kissinger, 2011). Pelo lado soviético, isso catalisou as desconfianças já existentes entre os dois lados (Munhoz, 2020). Com as crescentes desconfianças, Mao iniciou, em 1966, a revolução cultural, que representou o ponto mais alto do processo iniciado com o Movimento Educação Socialista de 1963, isto é, mais do que nunca se buscou eliminar os revisionistas da sociedade chinesa, promovendo campanhas intensas de limpeza dos inimigos do socialismo chinês (Santana, 2009; Souza, 2018). Em julho daquele ano foi comemorado 45 anos do PCCh, ocasião na qual a revista Jen-min Jih-pao publicou um editorial contando a história do país, no qual, de acordo com Tucker (1967, p.11, *tradução própria*)¹⁵, são descritos três momentos em que a RPC precisou lidar com o revisionismo:

[a] primeira foi em 1953, contra Kao Kang e Jao Shu-shih¹⁶. A segunda veio em 1959, quando, na Conferência do Partido de Lushan, Mao foi atacado por conspiradores apoiados pelo “grupo revisionista de Khrushchev”¹⁷. (Isso foi uma reação ao programa do Grande Salto Adiante, embora a fonte não o diga.) A terceira luta é a de 1966-67¹⁸. Os maoístas sentem que todas as três lutas estavam envolvidas nas relações sino-soviéticas.

Tucker (1967, p.14, *tradução própria*)¹⁹ afirma que as relações sino-soviéticas durante a revolução cultural foram “agravadas pelo desejo de Mao de unir a China contra o espectro da

¹⁵ No original: “The first was in 1953, against Kao Kang and Jao Shu-shih. The second came in 1959, when at the Lushan Party Conference Mao was assailed by schemers backed by the “Khrushchev revisionist clique.” (This was in reaction to the Great Leap Forward program, though the source doesn’t quite say so.) The third struggle is that of 1966-67. The Maoists feel that all three struggles were involved with Sino-Soviet relations.”

¹⁶ Conspiração acusada de tentar dividir o partido comunista.

¹⁷ Um grupo de membros importantes do PCCh se opuseram a Mao, especialmente no contexto do Grande Salto Adiante.

¹⁸ Tratou-se de uma limpeza generalizada em vários quadros do partido sob a acusação de revisionismo. Para maiores informações.

¹⁹ No original: “aggravated by Mao’s desire to unify China against a spectre of foreign aggression and “conspiracy” – a conspiracy of the U.S.A., U.S.S.R., and certain Chinese traitors.”

agressão estrangeira e a “conspiração” – uma consideração dos EUA, URSS e certos traidores chineses”. Radchenko (2010, p.365, *tradução própria*)²⁰ adiciona que “havia um claro ângulo anti-soviético na Revolução Cultural, desde que Mao fez uma conexão explícita entre a “restauração capitalista” soviética e o revisionismo chinês”. O regime de Mao utilizou a Revolução Cultural como Modelo Exportável, pois ela foi apresentada ao mundo não como um conflito crítico doméstico, mas como uma inovação teórica crucial: a solução para o problema da restauração capitalista dentro de regimes socialistas. Ao promover a revolução contínua, a China reivindicava ter descoberto o mecanismo para evitar que o socialismo se tornasse uma nova forma de opressão burocrática – acusação feita aos soviéticos.

Biao (1965, online) afirma que

[a] oposição dos revisionistas Kruschovistas à guerra popular se explica fundamentalmente por sua desconfiança para com as massas populares e por seu temor ao imperialismo norte-americano, à guerra e à revolução. O mesmo que todos os demais oportunistas, são cegos ante o poderio das massas populares e não creem que os povos revolucionários, são capazes de vencer o imperialismo. Cedem ante a chantagem nuclear do imperialismo norte-americano, por temor a que este se encolerize em caso de que se produza guerras populares dos povos e nações oprimidos ou réplicas dos povos dos países socialistas a sua agressão, e a que isto os implique numa confusão e ponha a perder seu sonho dourado de cooperação soviético-norte-americana para dominar o mundo.

Biao (1965) argumentava que o pensamento maoísta entendia que a história das revoluções - desde a revolução russa de 1917 - demonstravam uma lei constante: forças populares, inicialmente desprovidas de meios materiais - o que o autor denomina de “punhos desnudos”, são sistematicamente capazes de derrotar exércitos regulares equipados com a mais alta tecnologia bélica, como aviões, tanques e bombas atômicas. Existe aqui uma tensão deliberada entre o conhecimento acadêmico-militar e a práxis revolucionária, pois, para o regime maoísta, os “rústicos” - os camponeses de punhos desnudos - e as guerrilhas vencem os profissionais graduados porque a guerra revolucionária não é decidida em gabinetes, mas na mobilização das massas. O argumento é um ataque direto aos “revisionistas kruschevistas”, que, ao priorizarem a técnica, estariam ignorando as lições fundamentais da dialética histórica.

A maior divergência entre Pequim e Moscou residia na percepção do papel das armas nucleares. O discurso maoísta acusava a liderança soviética de promover o fetichismo nuclear, isto é, a ideia de que o átomo decide tudo e as massas nada valem em face ao poderio nuclear. Biao (1965) afirma que, para Pequim, essa visão soviética impunha uma “lei da selva” ao movimento comunista internacional, dado que, se apenas potências nucleares podem vencer, os povos oprimidos estariam condenados à rendição ou à submissão a um guarda-chuva nuclear estrangeiro. Com isso, Pequim argumenta que essa teoria serve, na prática, para proibir a revolução, desarmando moralmente os povos da Ásia, África e América Latina em favor de uma “negociata política” (Biao, 1965, online) entre a URSS e o imperialismo norte-americano.

Outra tensão central refere-se à possibilidade de uma guerra global. Moscou defendia a coexistência pacífica, argumentando que qualquer movimento revolucionário poderia ser uma

²⁰ No original: “there was a clear anti-Soviet angle to the Cultural Revolution, since Mao made an explicit connection between Soviet “capitalist restoration” and Chinese revisionism.”

faísca que desencadearia um conflito nuclear capaz de destruir a humanidade. Biao (1965) responde à preocupação soviética de forma empírica e contundente: nos vinte anos após a Segunda Guerra Mundial, as sucessivas guerras de libertação nacional não levaram ao apocalipse nuclear, pelo contrário, elas teriam freado o imperialismo ao dispersar suas forças. Ao tentar apagar essas faíscas, os revisionistas estariam, na verdade, encorajando a arrogância de Washington. Portanto, a coexistência pacífica é lida por Pequim como uma capitulação que permite às superpotências “atearem fogo às casas do povo enquanto proíbem o oprimido de acender sua lâmpada.” (Biao, 1965, online)

Biao (1965) aborda a questão do sofrimento bélico com uma visão teleológica e sacrificial: reconhece-se que a guerra traz dor, mas argumenta-se que a resignação, o imperialismo e a escravidão trazem sofrimentos ainda maiores e permanentes. Invocando o legado de Lenin, a China apresenta a guerra revolucionária como uma “grande escola” e uma “locomotiva da história”. O sacrifício de uma minoria no presente é apresentado como o preço necessário para a segurança de toda a nação e da humanidade. Assim, ao ser chamada de “belicosa” por Moscou e Washington, Pequim aceita o rótulo como uma glória, definindo-o como a oposição da “belicosidade revolucionária” à “belicosidade contrarrevolucionária” (Biao, 1965, online).

Biao (1965) estabelece uma distinção clara sobre a natureza da revolução: ela não é um produto de exportação, mas uma exigência que nasce da consciência das massas internas de cada país. No entanto, o apoio mútuo entre os povos revolucionários é um dever inegociável do internacionalismo proletário. O autor chega a uma conclusão enfática: o revisionismo soviético é visto como um serviço prestado ao imperialismo, uma “escova de ferro” da história acabará por varrer tanto os opressores quanto os traidores da guerra popular. Para Pequim, a queda de Khrushchev seria apenas o prelúdio do colapso de todos aqueles que se opõem à lei objetiva da luta armada das massas.

Meisner (1999, p.384, *tradução própria*)²¹ afirma que “[e]m 1967, Mao não apenas chamou a China de “o centro político da revolução mundial”, como também propôs que ela se tornasse “o centro militar e técnico da revolução mundial.”” Essa projeção ideológica criou o que se convencionou chamar de Maoísmo Global (Lovell, 2019). Grupos insurgentes e intelectuais em todo o Sul Global - e mesmo facções radicais no Ocidente - passaram a olhar para Pequim como a nova fonte da Revolução (Lovell, 2019). Lee (2013) demonstra como, em regiões como o Oriente Médio, como o Iraque e a Palestina, a China competia diretamente com a influência soviética, oferecendo um modelo de guerra popular e autossuficiência que ressoava com as realidades agrárias e coloniais de forma muito mais orgânica que o modelo estatista soviético. A disputa pelo posto de representante do socialismo global resultou no que Friedman (2015) descreve como uma “Guerra Fria nas Sombras”. Tratava-se de uma competição feroz entre Pequim e Moscou pela lealdade de movimentos de libertação nacional. Nesta disputa, a China utilizava uma tríade de instrumentos, como a crítica doutrinária, isto é, ataques sistemáticos à referida traição soviética ao socialismo; forneciam armas, treinamento para guerrilhas – em contraste com o apoio soviético que muitas vezes privilegiava Estados estabelecidos, e apoio logístico; realizavam a denominada

²¹ No original: “In 1967 Mao not only called China “the political center of world revolution” but also proposed that it become “the military and technical center of the world revolution.””

diplomacia subalterna, que se concretiza, sobretudo, na Conferência de Bandung de 1955, na qual Pequim utilizada de fóruns multilaterais para isolar as superpotências e consolidar um bloco de poder sob influência chinesa (Friedman, 2015). Radchenko (2009), ao analisar esse período sob a metáfora de “Dois Sóis no Céu”, enfatiza que a luta pela supremacia não era apenas por território, mas pela definição do que significava ser “revolucionário” no século XX, de tal maneira que a China não reivindicava apenas o poder, mas o direito de definir a verdade histórica do movimento comunista.

Em agosto de 1968, a doutrina da soberania limitada foi colocada em prática: as forças do Pacto de Varsóvia foram acionadas para intervir na Tchecoslováquia²² (Melo, 2018). A China recebeu essa ação como uma ameaça, pois interpretaram que Moscou não desistiria de utilizar da força para eliminar quaisquer focos de oposição dentro do socialismo global e temiam ser o próximo alvo (Luthi, 2008). Desse modo, intensificou-se uma dinâmica que já vinha ocorrendo há alguns anos: a China e a URSS mobilizaram ainda mais tropas nas fronteiras, bem como provocaram agitações e rebeliões anti-governistas em ambos os lados (Bekkevold, 2022).

Em 2 de março de 1969, a China preparou uma armadilha para a URSS nas Ilhas Zhenbao (Luthi, 2008). Soldados de ambos os lados trocaram tiros, mas os soviéticos tiveram mais baixas. Passados alguns dias, Moscou revidou com uma emboscada na mesma ilha, no entanto, nenhum lado conseguiu avanços significativos e os chineses mantiveram o controle da ilha (Luthi, 2008). Allison (2020) argumenta que os chineses utilizaram da estratégia da defesa ativa²³, a qual Gerson (2010, p.24, *tradução própria*)²⁴ descreve como “ações ofensivas para propósitos inerentemente defensivos”. O autor adiciona: “na visão de Mao, o ataque em Zhenbao foi uma ação defensiva – isto é, dissuasiva – destinada a sinalizar força e determinação para evitar futuras agressões soviéticas” (Gerson, 2010, p.25, *tradução própria*).²⁵ É importante destacar que a dimensão psicológica é essencial para compreender a estratégia da defesa ativa, pois a percepção de ameaças se dá por meio de processos subjetivos (Fravel, 2019). Nesse sentido, os chineses viam a ameaça soviética como existencial, estabelecendo-a em um patamar de urgência diante da iminência da aniquilação do país, de tal maneira que se torna praticamente inevitável a tomada de ações preemptivas. Luthi (2008) argumenta que Mao foi acometido por uma “psicose de guerra”, um processo iniciado com Khrushchev e constantemente fomentado pelo sentimento de se sentir ameaçado existencialmente pelo vizinho socialista do Norte.

Embora a dimensão psicológica seja uma variável analítica essencial para a compreensão da estratégia de defesa ativa — dado que a percepção de ameaças é mediada por processos de subjetividade política e decodificação estratégica (FRAVEL, 2019), tal fenômeno não deve ser

²² Movimento conhecido como Primavera de Praga, na qual o socialismo não-alinhado tchecoslovaco foi tido como uma ameaça para as forças do Pacto de Varsóvia.

²³ Para maiores informações, ler Fravel (2019).

²⁴ No original: “*offensive actions for inherently defensive purposes. Under this logic, virtually any Chinese aggression would be conceptualized by Beijing as reactive and defensive in nature, since actions were viewed to be a response to some perceived threat.*”

²⁵ No original: “*in Mao’s view, the attack at Zhenbao was a defensive – i.e., deterrent – action intended to signal strength and resolve to prevent future Soviet aggression.*”

reduzido a um voluntarismo personalista de Mao Tsé-Tung. Antes, essa subjetividade deve ser compreendida como o reflexo de processos históricos profundos e das divergências ontológicas na consolidação do socialismo nas experiências chinesa e soviética. A percepção da ameaça soviética como existencial e urgente decorre, portanto, de uma leitura dos papéis desempenhados pelas partes: para Pequim, o revisionismo moscovita não representava apenas uma divergência diplomática, mas uma ameaça de aniquilação do próprio caráter revolucionário do Estado chinês.

Nesse cenário, o que Luthi (2008) caracteriza como uma “psicose de guerra” em Mao deve ser reinterpretado não como uma patologia individual, mas como o ápice de um clima institucional de alerta gerado por conflitos e lutas transversais desde interior das sociedades e grupos políticos até visões oficiais do Estado que culminam em percepções e autopercepções com um nível belicoso de incompatibilidade. A percepção de iminência de um conflito com o vizinho do Norte era alimentada pela tese de que a URSS, sob Khrushchev e Brezhnev, havia se transformado em uma potência “social-imperialista”. Assim, o sentimento de ameaça existencial e a consequente adoção de ações preemptivas eram desdobramentos lógicos de um recorte histórico onde o perigo soviético passava a ser equiparado ao imperialismo estadunidense, exigindo da China uma prontidão militar e ideológica total para evitar a restauração capitalista e a destruição soberana do país.

Em meio aos conflitos com a URSS, o 9º Congresso Nacional do PCCh, em 14 de abril de 1969 adotou uma nova constituição nacional.

Por meio século, ao liderar a grande luta da China pela realização da revolução de nova democracia, ao dirigir sua grandiosa luta pela revolução e pela construção socialistas, ao conduzir a grande batalha do movimento comunista internacional contemporâneo contra o imperialismo, o revisionismo moderno e os reacionários de diversos países, o camarada Mao Zedong integrou a verdade universal do marxismo-leninismo à prática concreta da revolução, herdou, defendeu e desenvolveu o marxismo-leninismo, elevando-o a um estágio superior e completamente novo. (PCCh, 1969, p.4-5)

Fica explícito na própria constituição chinesa à época que o regime chinês não apenas preservou, mas aperfeiçoou de tal maneira que se apresenta ao mundo como um estágio superior a ser observado cujas políticas devem ser aplicadas em todos os países do globo que sofriam com o fardo do imperialismo e colonialismo. Em adição,

[o] Partido Comunista da China defende o internacionalismo proletário; une-se firmemente aos autênticos Partidos e grupos marxistas-leninistas de todo o mundo, ao proletariado, aos povos e nações oprimidos do globo, e luta, junto deles, pela derrubada do imperialismo, encabeçado pelos Estados Unidos, do revisionismo moderno, tendo a camarilha renegada revisionista soviética como seu centro, e dos reacionários de todos os países, e abolição do sistema de exploração do homem pelo homem em escala mundial, de modo a conquistar a emancipação de toda a humanidade. (PCCh, 1969, p.8)

A constituição nacional declarou que o revisionismo soviético deve ser derrubado, em uma grande coalizão de proletários de todo o globo contra todas as falsas promessas e delusões do falso socialismo. Com isso, Pequim deixa claro que se vê como sucessora e detentora da fase superior do marxismo-leninismo, bem como aponta que o revisionismo soviético é uma ameaça

que compromete diretamente o avanço da revolução global. Os conflitos entre os dois países se materializaram nas zonas fronteiriças entre os dois países, em uma dinâmica em papéis de autopercepção e percepção do outro culminaram em violência letal.

Na zona fronteiriça entre os dois países em Xinjiang, em agosto de 1969, novos conflitos ocorreram e dessa vez os soviéticos prevaleceram: eliminaram por completo um esquadrão de patrulha chinês (Luthi, 2008). Entre esses embates e o final do ano de 1969, China e URSS estavam em um risco de conflito nuclear, aliviando as tensões já no início de 1970 (Kissinger, 2011). Esse episódio é uma evidência do argumento de Radchenko (2009): as relações entre chineses e soviéticos na década de 1960 devem ser entendidas como uma disputa existencial para supremacia do bloco socialista, de modo que os conflitos de 1969 simbolizou o pico das tensões.

Nota-se que até 1956 os dois países viviam como “familiares próximos”, com papéis reciprocamente reconhecidos e que criaram grandes expectativas entre as partes. Relembrando o “dilema do parente” de Qin (2018), relações alinhadas entre “parentes” são, simultaneamente, densas, e fonte de vulnerabilidade, pois é necessário um ajuste contínuo para a manutenção de tais relações. Diante da ruptura completa de quaisquer contatos diplomáticos entre os países e a decisão de utilizar da força contra a outra parte, o conflito sino-soviético foi, acima de tudo, um conflito de ressentimento e busca por reconhecimento de papéis almejados. Portanto, falhas sucessivas do manejo das relações bilaterais fixaram as identidades da China e da URSS em oposição, estabelecendo-se um cenário em que os papéis relacionais entre ambos não eram passíveis de coexistência, antes, levaram a conflitos armados entre duas potências nucleares.

Nota-se um ciclo de reforço autorrealizável: as rotulações cruzadas - revisionista vs pequeno-burguês - autorizavam práticas cada vez mais agressivas, como as rupturas de canais de comunicação, oposição partidária cada vez mais extrema e posicionamento constante de tropas nas fronteiras, de tal maneira que se confirma a própria narrativa de que o outro é uma ameaça. Na perspectiva de Qin (2018), trata-se da consolidação da desarmonia, isto é, o ajuste relacional da identidade entre ambos se dá por meio de uma dinâmica co-evolutiva de oposição cada vez mais agressiva. Portanto, os gestos de negação da possibilidade de uma co-constituição identitária harmoniosa produzia, em última instância, gestos de exclusão discursivos e práticos, culminando na dimensão estratégico-simbólica, isto é, as fronteiras se consolidaram como o espaço performativo da própria inimizade por meio de conflitos sangrentos entre as partes.

Diante dos esforços chineses, bem como do entendimento de que a China via a URSS como uma ameaça superior aos EUA, Washington enviou o Conselheiro de Segurança Nacional Henry Kissinger, para uma visita secreta à China em 1971, a fim de dar início a uma nova era de relações entre os dois países (Munhoz, 2020). Um ano depois, em fevereiro de 1972, o presidente Nixon fez uma visita oficial a Mao, ocasião na qual foi feito o Comunicado de Xangai, que demonstrou as intenções quanto ao futuro das relações sino-estadunidenses e o ponto mais relevante foi que os dois países se opunham a qualquer pretensão hegemônica na Ásia-Pacífico, um recado claro para Moscou (Wilson Center, online).

Kissinger (2011) argumenta que os EUA utilizaram da diplomacia triangular em suas relações simultâneas com a China e com a URSS: havia um triângulo estratégico entre os três países e os EUA são o pivô desse sistema, isto é, “tanto [a] URSS quanto [a] China percebessem sua cooperação com os EUA como de maior importância do que uma eventual cooperação entre si.” (Tancredi, 2018, p.12) Dessa forma, os estadunidenses, simultaneamente, atraíam Moscou e Pequim e garantia que continuariam a disputar a supremacia do mundo socialista. A diplomacia triangular se evidenciou em 1972, quando Nixon visitou Moscou (Munhoz, 2020). Naquela ocasião, a URSS e os EUA assinaram o primeiro Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START I, na sigla em inglês), além de que, nesse mesmo ano, assinaram o Tratado de Limitação de Sistemas de Mísseis Antibalísticos (ABM, na sigla em inglês) (Kimball e Reif, 2020). Em consonância, Pequim assumiu a posição de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tomando o lugar originalmente pertencente a Taiwan (Kissinger, 2011). Com isso, Washington deixou explícito que aceitaram a política de uma China, isto é, Pequim é a representante integral da RPC e Taiwan faz parte dessa China (Kissinger, 2011).

Com a morte de Mao Tsé-Tung em setembro de 1976, a revolução cultural terminou (Spence, 1996). Apesar disso, a URSS continuou sendo vista como uma ameaça, de tal modo que em agosto de 1977 foi assinado o tratado sino-nipônico, o qual previa cooperação militar diante de ofensivas hegemônicas de Moscou (Abbasi, 1988). Os chineses se sentiam sufocados por todos os lados, especialmente com o acordo de cooperação entre a URSS e a Índia, em 1971, e a unificação vietnamita, em 1975, ter transformado o país em um forte aliado soviético (Garver, 1991).

Mesmo com oscilações nas relações após o conflito de 1969 e 1977, o padrão relacional permaneceu com papéis hostis. A URSS continuava reivindicando a “maturidade socialista” e a China a “pureza revolucionária”. Os dois países não apenas se fixaram como ameaça existencial e simbólica, mas, essa simetria relacional negativa dificultava a desescalada das tensões, pois quaisquer concessões ao outro lado poderiam soar como “traição” ao papel atribuído a si mesmo.

1978-1991: REINTERPRETAÇÃO IDENTITÁRIA E “HARMONIA CONTINGENTE” SEM RECONCILIAÇÃO SIMBÓLICA PLENA

Em março de 1978, a China tem o sucessor de Mao: Deng Xiaoping, que foi vítima direta dos expurgos realizados durante a Revolução Cultural (Spence, 1996). O novo líder deu início ao período denominado de *Boluan Fanzheng* - em tradução literal e direta, “eliminar o caos e voltar ao normal”, empreendendo medidas de “desmaoização” (Spence, 1996). É nesse espírito que, em uma sessão do Comitê Central do PCCh em dezembro de 1978, Deng Xiaoping anuncia o início da política de Reforma e Abertura, a qual preconizava mudanças drásticas na política e economia chinesa, rompendo com o passado maoísta e arquitetando a China moderna (Kissinger 2011).

Mori (1988) afirma que as medidas anunciadas por Deng Xiaoping visavam a modernização do Estado chinês²⁶, em contraposição ao maoísmo. Essa modernização refletiu diretamente na condução dos assuntos internacionais chineses: “a diplomacia chinesa foi alterada em 180 graus, “fazendo a diplomacia servir a modernização”” (Mori, 1988, p.291, *tradução própria*)²⁷, e essa modernização, por sua vez, só seria possível em um cenário internacional estável e pacífico, distanciando-se da perspectiva maoísta de revolução permanente. Portanto, a China assumiu uma posição mais pragmática no sistema internacional, muito embora, em relação à URSS, ainda existissem rugas que impedissem a reaproximação, de modo que Pequim deu passos largos na sua aproximação com o Ocidente (Kissinger, 2011).

Um dos pontos de tensão entre a China e a URSS era a questão do Camboja: o Vietnã unificado, aliado soviético, entrou em guerra contra o Camboja sob o regime do Khmer Vermelho, aliado direto da China, em dezembro de 1978 (Daróz, 2020). Dessa forma, mais uma vez em um espaço de duas décadas, Moscou e Pequim estavam em lados opostos no front de guerra, em uma disputa direta por influência dentro do bloco socialista no continente asiático, brigando entre si pela supremacia intrabloco (Southgate, 2019). Em janeiro de 1979, os vietnamitas derrubaram o regime do Khmer Vermelho e instauraram a República Popular de Kampuchea, o que fez a China entrar diretamente no conflito, iniciando-se a guerra sino-vietnamita (Daróz, 2020). Dessa vez, a situação era mais crítica do que na ocasião do conflito sino-indiano de 1962, pois os soviéticos estavam abertamente apoiando os vietnamitas com armas, recursos humanos e recursos financeiros, colocando soviéticos e chineses face a face no conflito (Southgate, 2019).

Ainda durante a guerra sino-vietnamita, em janeiro de 1979, as relações sino-estadunidenses foram integralmente restauradas, com Pequim falando abertamente sobre a necessidade da presença militar de Washington na Ásia para conter a hegemonia soviética (Mori, 1988). Dois meses depois, em março de 1979, a China afirmou que não renovaria o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, previsto para findar em 1980 (Tucker, 1996). Já em dezembro de 1979, tem-se início a incursão soviética no Afeganistão, constituindo mais uma evidência para Pequim de que os soviéticos continuavam ativos em sua ambição de não apenas garantir a supremacia no bloco soviético, mas, acima de tudo, cercar a China (Kissinger, 2011).

Passados quatro anos do início da modernização do Estado chinês, em 1982, a China avançava a passos largos em direção a uma política externa completamente renovada de relações pacíficas como princípio norteador do país, de modo que “marcou o início do que o Secretário-geral [do PCCh] Hu Yaobang referiu como “diplomacia independente e autônoma” e omnidirecional” (MORI 1988, p.291, *tradução própria*)²⁸. Em setembro de 1982, durante o décimo segundo congresso do PCCh, Yaobang apontou os três grandes obstáculos da política externa do seu país: “a presença de forças soviéticas nas fronteiras sino-soviéticas e sino-mongólicas, o apoio

²⁶ Sistema guiado pelas quatro modernizações dos seguintes setores estratégicos: agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Para maiores informações, ler Marti (2021).

²⁷ No original: “the diplomacy of China was shifted by 180 degrees 'making the foreign diplomacy serve the modernisation'.”

²⁸ No original: “marked the start of what General Secretary Hu Yaobang referred to as 'independent and autonomous diplomacy' and omnidirectional diplomacy.”

soviético para a invasão soviética de Kampuchea e a invasão soviética no Afeganistão” (Mori 1988, p.291, *tradução própria*)²⁹. Feitos esses apontamentos, o secretário-geral também afirmou que desejavam iniciar uma nova fase entre Pequim e Moscou, superando o passado de entraves e disputas ideológicas, iniciando-se reuniões e negociações entre os dois países para a retomada e melhoria das relações sino-soviéticas (Mori, 1988).

Em 1981, Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA, trazendo consigo uma retórica fortemente anti-comunista, findando a *détente* soviético-americana (Hobsbawm, 2015). Com isso, Moscou estava isolada diante da cooperação sino-americana-japonesa, de tal modo que se tornou prioritário a melhoria das relações com o vizinho do norte (Abbasi, 1988). É com isso em mente e percebendo as claras mudanças na orientação interna chinesa que os soviéticos enviaram uma delegação de alto nível para Pequim em dezembro de 1984, a primeira desde 1959, inaugurando a *détente* sino-soviética (Mori, 1988).

As reformas pós-1978 deram as bases para um novo processo identitário chinês a partir do autoproclamado “socialismo com características chinesas”. Levando em consideração a teoria de Qin (2018), não se trata de um retorno pela parte de Pequim a uma “identidade verdadeira”, mas uma re-autoria dos próprios papéis a partir de uma nova disposição relacional nacional, regional e global a partir das mudanças profundas em todos esses âmbitos. A partir disso, a China passou a buscar harmonia com múltiplos polos por ajuste situacional, isto é, flexibilidade relacional, reduzindo o antagonismo com Moscou. A partir das concepções e conceitos de Qin (2018), é correto afirmar que as relações sino-soviéticas no pós-1978 produziram uma “harmonia contingente”, marcada por menos disputa pela ortodoxia e maior coordenação para superar pontos conflitantes entre as partes.

Em termos de papéis relacionais propostos na teoria de Qin (2018), a China renomeou a URSS de rival normativa para par relacional relativo, isto é, cooperação pragmática, estabilização de fronteiras e coordenação limitada. Em síntese, reconhece-se a importância do outro em áreas específicas - como a defesa - sem uma retomada relacional plena com Moscou. Os soviéticos, por sua vez, alteraram o papel desempenhado pelos chineses de “herege” a par indispensável em todos os arranjos eurasiáticos, demonstrando, acima de tudo, que Moscou passa a China a partir de uma lente pragmática-estratégica. Pode-se afirmar que se trata de arranjos relacionais com pouca afinidade ideológica e pouco alinhamento de interesses de longo prazo, especialmente por conta dos resíduos do conflito de 1969 e das recentes tratativas ainda conflituosas entre os dois países.

Em março de 1985, a URSS tinha um novo líder: Mikhail Gorbachev, o qual implementou mudanças drásticas na condução nacional e internacional do país com as políticas da *glasnost* e *perestroika* - transparência e reconstrução (Fitzpatrick, 2023). Com isso, ocorreu a liberalização política e econômica da URSS, e, em âmbito externo, Moscou assumiu uma postura não-combativa

²⁹ No original: “the presence of Soviet forces on the SinoSoviet and Chinese-Mongolian borders, the Soviet support for the Vietnamese invasion of Kampuchea, and the Soviet invasion of Afghanistan.”

e pragmática, visando a paz, pois assim os imensos gastos militares seriam utilizados para o desenvolvimento do país (Munhoz, 2020). Com tais mudanças, Kegley e Wittkopf (1996) afirmam que o período que se seguiu pode ser definido como diálogo renovado entre Washington e Moscou, inaugurando uma nova era global.

A liberalização empreendida por Gorbachev foi percebida em sua política externa, denominada “Doutrina Sinatra”, a qual

permitiu às antigas repúblicas consolidarem o seu curso de independência, muitas das quais pela primeira vez, dado que apesar da autonomia que formalmente gozavam no quadro da URSS, esta equivalia na realidade a uma relação de submissão face ao poder central do Partido Comunista em Moscovo. Neste período, a postura de Moscovo, centrada na necessidade de reformas internas, possibilitou o desenvolvimento de novas instituições capazes de governar o país após décadas de sistema de partido único. (Freire, 2009, p.83)

Trata-se de uma ruptura clara com a Doutrina Brezhnev e que se estendeu para além do mundo soviético e permitiu uma nova fase nas relações de Moscou com o mundo. Desprendendo-se da rigidez das perspectivas mais tradicionais do socialismo soviético, Gorbachev protagonizou a abertura e aproximação sucessiva da URSS com o mundo ocidental, em uma tentativa de salvar um império em ruínas (Fitzpatrick, 2023).

Em 4 de junho de 1989, ocorreu o episódio da praça da paz celestial³⁰, deixando a China extremamente isolada (Kissinger, 2011). Assumindo a superação do isolamento internacional como prioridade estratégica internacional, Deng Xiaoping

resumiu a conduta da política externa chinesa com a “Estratégia dos 24 caracteres”, sistematizada como “Tao Guang Yang Hui” (韬光养晦), traduzida como “esconder nossas capacidades e esperar o nosso tempo”. Essa estratégia se resumia em: “Observar com calma; assegurar nossa posição, resolver nossos assuntos com tranquilidade; esconder nossas capacidades; ser bons em manter um baixo perfil; e nunca reivindicar liderança” (Fona, 2022, p.71)

O *Tao Guang Yang Hui*, de acordo com Zhongying (2020, p.3-4, *tradução própria*)³¹, sustentou-se nos “nãos” ou bu’s (不):

- Não desafiará: Em 1989, a China tranquilizou os Estados Unidos, então a única superpotência, que não tinha intenção de desafiar a primazia dos Estados Unidos no mundo
- Não assumirá a liderança: Um princípio da China política externa desde 1979[...]
- Não exportará: [...]a]China afirmou que não exportaria suas ideologias políticas, incluindo seu “desenvolvimento modelo”, pois “respeita as diferenças” com os outros.

³⁰ Uma série de protestos tomaram conta da China e o episódio da praça celestial foi um marco televisionado e utilizado pelo Ocidente como críticas ao regime chinês. Para maiores informações, ler Kissinger (2011).

³¹ No original: “• Will not challenge (不挑战: bu tiao zhan): In 1989, China reassured the United States, then the sole superpower, that it had no intention of challenging America’s primacy in the world.

• Will not take the lead (不带头: bu dai tou): A principle of China’s foreign policy since 1979, especially from 1989 to 2012.

• No export (不输出: bu shu chu): [...]China stated that it would not export its political ideologies, including its “development model”, as it “respects differences” with others.

• No hegemony (不称霸: bu cheng ba): China has repeatedly stated that it does not seek to be a global hegemon.

• China attaches “no political strings” (不附加条件: bu fu jia tiao jian) in its “development cooperation” with developing countries.

• “No first use of nuclear weapons” (不首先使用: bu shou xian shi yong) is also one of China’s international security principles.”

- Sem hegemonia: a China afirmou repetidamente que não busca ser a hegemonia global.
- A China não atribui “condições políticas” em sua “cooperação para o desenvolvimento” com os países em desenvolvimento. [...]
- “Não fará o primeiro uso de armas nucleares”

A política externa de Deng Xiaoping pode ser sintetizada na expressão “*keeping a low profile*” (KLP): “a manutenção de um baixo perfil diplomático que garantisse um ambiente internacional estável propício ao desenvolvimento chinês, mantendo o *status quo* e prezando por boas relações com as potências mundiais” (Matos, 2023, p.25). Nota-se que, para alcançar seus objetivos, a China escolheu uma via de baixo engajamento por conta de Tiananmen, ao passo que a URSS escolheu justamente se engajar significativamente com o mundo ocidental (Munhoz, 2020).

Gorbachev foi no caminho contrário do mundo ocidental e se aproximou do líder chinês, o que foi essencial para Pequim sustentar a perspectiva de que não estava completamente isolada (Zubok, 2017). Foi com esse espírito que ainda em 1989 Moscou retirou suas tropas das fronteiras sino-soviéticas, do Afeganistão e publicou a declaração conjunta de nove pontos sobre o Kampuchea (China, online), superando todos os obstáculos apresentados por Moscou. Em maio de 1989, Gorbachev fez uma visita oficial a Deng Xiaoping, simbolizando a plena retomada da amizade e cooperação sino-soviética (Hobsbawm, 2015).

A queda do muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, foi resultado direto da doutrina Sinatra e um prenúncio da dissolução completa da URSS em 26 de dezembro de 1991. Os dois fatos demonstraram ao mundo a profunda crise no bloco socialista: “[o]s soviéticos e os chineses estavam tendo crises paralelas, mas a chinesa foi brutalmente abortada, enquanto a crise soviética estava apenas começando.” (Zubok, 2017, p.20, *tradução própria*)³² Nota-se que a URSS seguiu uma abertura econômica e política desenfreada e agressiva, ao passo que a China permitiu a abertura econômica, mas manteve a centralidade política no PCC, de modo que Pequim terminou a Guerra Fria falando em nome do socialismo, mesmo que, para isso, tenha precisado se “desmaoizar” (Hobsbawm, 2015).

CONCLUSÃO

As relações entre Mao-Tsé-Tung e Stálin foram produtivas e ambos tinham profundo respeito um ao outro por suas contribuições ao pensamento socialista (Luthi, 2008). Isso, por sua vez, não impedia que as relações sino-soviéticas fossem marcadas pela dualidade entre reconhecer a importância do outro e nutrir uma desconfiança profunda (Radchenko, 2009). Com Khrushchev, ocorreu a ruptura com o respeito às suas contribuições ao socialismo, tendo em visto que Mao o acusava vorazmente de revisionista e traidor da revolução mundial (Bekkevold, 2022).

³² No original: “*The Soviets and the Chinese were having parallel crises, yet the Chinese one was brutally aborted, while the Soviet crisis was only starting. Nobody knew at that moment that China, after a difficult post-Tiananmen hiatus, would experience a phenomenal economic takeoff.*”

Conforme o “revisionismo soviético” avançava, a China promovia limpezas internas dos inimigos do socialismo chinês, de modo que os inimigos do norte se materializaram como uma ameaça real com o conflito sino-soviético de meados de 1969 (Luthi, 2008). Só com a morte de Mao em 1976 e a ascensão de Gorbachev ao poder, em 1985, as relações entre os dois países foram completamente restauradas, em um reflexo direto do abandono da ortodoxia rígida de líderes anteriores (Bekkevold, 2022). Portanto, disputas intrabloco chegaram a níveis críticos, e os países conseguiram ir além com novas percepções ideológicas e mudanças geopolíticas.

A ruptura da URSS com o stalinismo fez com que a China se distanciasse de Moscou, ao passo que a ruptura com o maoísmo fez com que as relações sino-soviéticas fossem completamente retomadas. Com isso, torna-se evidente que as relações sino-soviéticas funcionaram como uma parábola em que o ponto mais crítico é o ponto mais ideológico, melhorando conforme os dois países se permitiram adotar uma inserção internacional mais pragmática e universalista. Em outras palavras, as tensões geopolíticas reduziram conforme as lideranças deram menos valor à ideologia, ao passo que o oposto também foi evidenciado. Dessa forma, a hipótese se evidenciou verdadeira.

O artigo argumentou que a dinâmica sino-soviética não pode ser reduzida a divergências estratégicas ou geopolíticas, mas deve ser compreendida como uma luta simbólica pela definição legítima do “socialismo verdadeiro”. Assim, quanto mais cada parte buscava universalizar sua própria versão da doutrina marxista-leninista, isto é, Moscou defendendo o centralismo soviético e Pequim propondo uma via revolucionária anti revisionista, mais ambas transformavam o outro em um desvio ideológico e, portanto, em uma ameaça existencial à própria identidade socialista. A partir da teoria relacional de Yaqing Qin (2018), conclui-se que os conflitos entre os dois países podem ser explicados pela teoria relacional, especialmente a partir dos papéis que atribuem entre si, bem como a sua conflitividade.

O presente trabalho espera gerar interesse e mobilização na academia de Relações Internacionais para as abordagens não-ocidentais. Reivindica-se muito “uma nova RI”, mas, já existem infinitas novas RI, a apenas uma leitura de abordagens completamente inéditas. A utilização de uma bibliografia chinesa foi possível pelos incessantes esforços de tradução – e transformação – de vários acadêmicos para tornar o mundo cada vez mais inteligível. A barreira linguística do mandarim sem dúvidas representa um obstáculo considerável, mas a tecnologia ajuda bastante, embora, claro, o leitor fluente de mandarim teria acesso a fontes ainda mais sólidas e confiáveis. De todo modo, a teoria relacional de Qin Yaqing é para todos, não apenas para a China. Diferentemente do cânone da Ciência Política e Relações Internacionais Ocidental, trata-se de uma teoria criada da China, mas não apenas para a China. O neorrealismo, por exemplo, afirma explicitamente que o que importa na política internacional são as grandes potências e nada mais. A partir dos papéis relacionais que definem uma relação, o autor chinês criou um corpo teórico robusto e sólido para compreender todos os países individual, bilateral ou multilateralmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbasi, A. R. K. (1988). 'Sino-Soviet Relations', *Strategic Studies*, 11(4), pp. 79-91.

Allison, G. (2020). *A Caminho da Guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Bekkevold, J. I. (2022). 'Imperialist Master, Comrade in Arms, Foe, Partner, and Now Ally? China's Changing Views of Russia'. In: KIRCHBERGER, S.; SINJEN, S. E WÖRMER, N. (ed.) *Russia-China Relations: Emerging Alliance or Eternal Rivals?* Gewerbestrasse: Springer Nature Switzerland AG, pp. 41-59.

Biao, L. *Viva o triunfo da guerra popular!* Disponível em: <https://serviraopovo.com.br/2023/09/12/viva-o-triunfio-da-guerra-popular-lin-piao-setembro-de-1965/>. [Acesso em: 10 abr. 2026].

Communist Party of the Soviet Union, Central Committee. (1964) *World communist unity: resolution of the plenary meeting of the Central Committee of the C.P.S.U. adopted on February 15, 1964, and the full text of the report delivered by Mikhail Suslov*. London: Soviet Booklet.

Dároz, C. R. C. (2020). 'A última guerra da China – Reflexões sobre o conflito Sino-Vietnamita de 1979', *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, 12(24), pp. 121-146.

Fitzpatrick, S. (2023). *Breve história da União Soviética*. São Paulo: Todavia.

Fona, L. E. M. (2022). *A transição da política externa chinesa da "ascensão pacífica" para o "sonho chinês" à luz do debate teórico de RI na China*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Fravel, M. T. (2019). *Active Defense: China's Military Strategy since 1949*. New Jersey: Princeton University Press.

Freeze, G. L. (2017). *História da Rússia*. Lisboa: Edições 70.

Freire, M. R. (2009). 'A Política Externa em Transição: o caso da Federação Russa', *Relações Internacionais*, 23, pp. 75-89.

Friedman, J. (2015). *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Garver, J. W. (1981). 'Sino-Vietnamese Conflict and the Sino-American Rapprochement', *Political Science Quarterly*, 96(3).

Garver, J. W. (1991). 'The Indian Factor in Recent Sino-Soviet Relations', *The China Quarterly*, 125, pp. 55-85.

Gerson, M. S. (2010). 'The Sino-Soviet Border Conflict: Deterrence, Escalation, and the Threat of Nuclear War in 1969'. Defense Threat Reduction Agency, November.

Gros, J. G.; Fung, H. G. 2019. 'Theorizing Sino-African Relations: A Constructivist Perspective'. *Journal of International Relations*, 7(1), pp. 39–54.

Hobsbawm, E. (2015). *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Jifeng, L. e Yanqiong, L. (2009) 'Analysis of Soviet Technology Transfer in the Development of China's Nuclear Weapons', *Comparative Technology Transfer and Society*, 7(1), pp. 66-110.

Kimball, D.; Reif, K. (2020). 'The Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty at a Glance'. *Arms Control Association*. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/abmtreaty>. [Acesso em: 20 maio 2023].

Kissinger, H. (2011). *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Lee, S. J. (2013). From Beijing to Baghdad: Stability and decision-making in Sino-Iraqi relations, 1958–2012. CUREJ: College Undergraduate Research Electronic Journal - University of Pennsylvania.

Li, M. 'Ideological dilemma: Mao's China and the Sino-Soviet split, 1962–63', *Cold War History*, 11(3), pp.387-419.

London, K. L. (1967). 'A Sino-Soviet Dilemma', *The Russian Review*, 26(1), pp. 26-37.

Lovell, J. (2019). *Maoism: a Global History*. Nova Iorque: Knopf.

Lüthi, L. M. (2008). *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*. New Jersey: Princeton University Press.

Matos, L. R. B. (2023). *O Dragão e o Urso: a Convergência Estratégica Sino-Russa (2013-2021)*. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia.

Meisner, M. (1999). *Mao's China and After: A History of the People's Republic*. 3ª ed. New York: Free Press.

Melo, W. F. (2018). 'Tchecoslováquia em 1968: a construção do socialismo interrompida', *Movimentação*, 5(9), pp. 27-54.

Mikhailova, I. (2013). 'Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais', *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 2(3), jul./dez.

Mori, K. (1988). 'The impact of Sino-Soviet detente', *The Pacific Review*, 1(3), pp. 290-295.



Munhoz, S. J. (2020). *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris.

Partido Comunista da China (PCCh). Constituição do Partido Comunista da China (1969). Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1969. Tradução de João Victor Bastos Batalha. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/04/14.htm>. Acesso em: 10 abr. 2026.

Qin, Y. (2018). *A Relational Theory of World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Radchenko, S. (2009). *Two Suns in the Heavens: The Sino-Soviet Struggle for Supremacy, 1962-1967*. Stanford: Stanford University Press.

Radchenko, S. (2010). 'The Sino-Soviet split'. In: LEFFLER, M. P. E WESTAD, O. A. (ed.) *The Cambridge History of the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ruskola, T. (2019) 'The Dao of Mao: Sinocentric Socialism and the Politics of International Legal Theory', In Craven, M.; Pahuja, S.; Simpson, G. (eds.) *International Law and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 376–396.

Santana, C. S. de. (2009). 'Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)', *História Social*, 17, pp. 115-131.

Scarlett, Z. A. (2013). *CHINA AFTER THE SINO-SOVIET SPLIT: MAOIST POLITICS, GLOBAL NARRATIVES, AND THE IMAGINATION OF THE WORLD*. Dissertação (Doutorado em História) - Northeastern University, Boston.

Shen, Z.; Xia, Y. (2012). 'Between Aid and Restriction: The Soviet Union's Changing Policies on China's Nuclear Weapons Program, 1954-1960', *Asian Perspective*, 36(1), pp. 95-122.

Souza, M. M. de. (2018). 'A Educação Socialista na China durante a grande revolução cultural proletária (1966-1976)', *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 10(3), pp. 245-268.

Spence, J. H. (1996). *Em busca da China Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.

Taubman, W. (2006). 'The Khrushchev period, 1953–1964'. In: SUNY, R. G. (ed.) *The Cambridge History of Russia - Volume III The Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tucker, F. H. (1967). 'The 'Cultural Revolution' and the Sino-Soviet Rift', *Communist Affairs*, 5(6), pp. 10-17.

Tucker, N. B. (1995-1996). 'China as a Factor in the Collapse of the Soviet Empire', *Political Science Quarterly*, 110(4), pp. 501-518.

V. C. C. Vieira. (2019). 'From Third World Theory to Belt and Road Initiative: International Aid as a Chinese Foreign Policy Tool', *Contexto Internacional*, 41(3), pp. 529–551.

Zhongying, P. (2020). 'From Tao Guang Yang Hui to Xin Xing – China's Complex Foreign policy transformation and Southeast Asia', *ISEAS – Yusof Ishak Institute*, 7.

Zubok, V. (2017) 'The Soviet Union and China in the 1980s: reconciliation and divorce'. *Cold War History*, 17(2), pp. 121-141.